

## **A comunicação como instrumento de luta política das ocupações urbanas<sup>1</sup>**

FRAGOSO, Mariana Pitasse (mestranda)<sup>2</sup>

Instituto de Artes e Comunicação Social – Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ

### **Resumo:**

Este artigo tem como objetivo estudar a produção de comunicação nos movimentos de ocupação urbana, com foco nos períodos emergenciais. Para isso, utilizamos como referência a Ocupação Contestado, formada em São José, região metropolitana de Florianópolis, e a Ocupação Manoel Congo, construída no centro do Rio de Janeiro, que são estruturadas pelas Brigadas Populares (BP) e Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), respectivamente. A partir dessas organizações políticas, a comunicação é colocada em prática e utilizada como meio de representação dos movimentos em vários momentos de suas trajetórias. Dessa forma, ela se estabelece como principal ferramenta legitimadora das ocupações, principalmente em períodos emergenciais, assumindo papel estratégico e se constituindo como instrumento pragmático de luta política.

**Palavras-chave:** Comunicação alternativa; comunicação comunitária; ocupação urbana; mídia e cotidiano.

### **1. Introdução**

O intenso processo de urbanização instaurado no Brasil, a partir dos anos 1940, deixou marcas desiguais em sua configuração urbana. Quase 75 anos depois, as cidades brasileiras se caracterizam por reunir uma enorme quantidade de assentamentos precários, estimados em mais de 3,2 milhões de domicílios, e um déficit habitacional contabilizado em 7,9 milhões de unidades, segundo dados do Plano Nacional de Habitação<sup>3</sup> (2009:30). Ainda de acordo com o documento, aproximadamente 92% desse déficit é concentrado nas famílias que possuem renda mensal de até R\$1.200,00.

Para os pesquisadores Raquel Rolnik e Jeroen Klink (2011), a falta de alternativas habitacionais para a população de baixa renda, gerada pela apropriação especulativa da terra urbanizada e inadequação das políticas de habitação, levou esse contingente significativo da população a viver em assentamentos precários e informais.

A lógica do capital impôs um padrão predatório que condenou as cidades a um modelo insustentável do ponto de vista ambiental e econômico (...). As

---

<sup>1</sup> Trabalho será apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ) em 2014, é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da UFF/RJ. E-mail: mariana.pitasse@gmail.com

<sup>3</sup> O último Plano Nacional de Habitação foi desenvolvido em 2009, pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, criado pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva.

ocupações das áreas frágeis ou estratégicas do ponto de vista ambiental são decorrentes da combinação de um padrão extensivo de crescimento por abertura de novas fronteiras e da "expulsão" permanente da população mais pobre das áreas ocupadas pelo mercado (KLINK; ROLNIK, 2011: 20).

Os pesquisadores dialogam com David Harvey (2004), que afirma que a dimensão espacial da geografia histórica de acumulação do capital é a promotora de desenvolvimentos geográficos desiguais. Para ele, o conceito do materialismo histórico-geográfico se apoia no aspecto fundamental da dinâmica da acumulação do capital e na geopolítica da luta de classes. Dessa forma, a globalização contemporânea aparece como uma nova fase de um mesmo processo de produção capitalista do espaço.

A acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado de funcionar como sistema econômico-político (HARVEY, 2004: 40).

Dentro desses espaços de segregação, os movimentos de ocupação de territórios urbanos surgem como um conjunto de famílias de baixa renda que se propõe a fazer frente ao atual modelo econômico. Não de forma ideológica, mas prática. A atuação política desses grupos é motivada por um objetivo principal comum: a luta pela casa própria. Uma saída encontrada por eles, portanto, é trabalhar em conjunto, estruturando uma nova comunidade, que é mais que um abrigo, é um instrumento de luta social<sup>4</sup>.

As características de formação das novas comunidades se enquadram na definição de Manuel Castells (2000). Segundo o autor, para que um grupo comunal se forme e crie sua identidade, faz-se necessário um processo de mobilização social em que as pessoas precisam participar de movimentos urbanos, não necessariamente revolucionários, pelos quais são revelados e defendidos interesses em comum.

Para Castells, os movimentos urbanos (processo de mobilização social com finalidade preestabelecida, organizados em um determinado território e visando a objetivos urbanos), estariam voltados a três conjuntos de metas principais: necessidades urbanas de condição de vida e consumo coletivo; afirmação de identidade local; conquista na autonomia política local e participação na qualidade de cidadão.

---

<sup>4</sup> Para este artigo, a organização e a luta política são pensadas a partir da definição apresentada por Antônio Gramsc (2005), que as caracteriza na perspectiva de superação da sociedade de classes e da construção de outra sociabilidade radicalmente diferente.

Para os atores sociais excluídos ou que tenham oferecido resistência à individualização da identidade relacionada à vida nas redes globais de riqueza e poder, as comunas culturais de cunho religioso, nacional ou territorial, parecem a melhor alternativa para a construção de significados em nossa sociedade. Elas aparecem como reação a tendências sociais dominantes, às quais opõe resistência em defesa de fontes autônomas de significado. Desde o princípio constituem identidades defensivas que servem de refúgio e são fontes de solidariedade, como forma de proteção a um mundo externo hostil. São construídas culturalmente, ou seja, organizadas em torno de um conjunto específico de valores, cujo significado e uso compartilhado são marcados por códigos específicos (CASTELLS, 2000: 84).

## **2. Caminhos de resistência: breve histórico sobre a Ocupação Manoel Congo e Ocupação Contestado**

Com muitas características em comum, as ocupações Contestado, localizada na região metropolitana de Florianópolis, e Manoel Congo, estabelecida no centro da cidade do Rio de Janeiro, compõem movimentos maduros, mas com estruturas recentes, datadas em menos de uma década. Constituem-se por famílias com renda média mensal de um e meio salário mínimo, que se unem para sair do aluguel que consome seus salários e conseguir uma moradia digna.

Outro ponto em comum desses grupos é o suporte que recebem de organizações políticas. A Ocupação Contestado é respaldada pelas Brigadas Populares (BP)<sup>5</sup> e a Manoel Congo recebe auxílio do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN)<sup>6</sup>. Os dois grupos se caracterizam hoje como as principais organizações que atuam ao lado de movimentos de ocupações urbanas.

A Ocupação Contestado<sup>7</sup> é construída por cerca de 120 famílias da cidade de São José - região metropolitana de Florianópolis – desde o dia 7 de novembro de 2012. Após

---

<sup>5</sup> Organização política, sem vínculos partidários, com atuação na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Florianópolis, desde 2005, que tem como principal frente de trabalho a Reforma Urbana, em que trabalham estruturando ocupações com famílias de baixa renda junto ao Movimento Popular Urbano. Além dessa frente, as Brigadas atuam em outras cinco: Mulheres, Comunicação, Formação, Juventude e Antiprisional.

<sup>6</sup> O MNLN foi organizado formalmente em 1990, no I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia. Hoje, o movimento, sem associação partidária, está organizado em 14 estados - Pará, Acre, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Tocantins, Paraná, Paraíba, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal.

<sup>7</sup> A ocupação recebeu esse nome em homenagem aos 100 anos da Guerra do Contestado, movimento social que também questionou a propriedade de terras na região. O conflito estourou entre os anos de 1912 e 1916, entre as fronteiras do Paraná e Santa Catarina. Sertanejos que viviam em condições miseráveis se revoltaram contra a opressão dos grandes fazendeiros e de duas empreendedoras americanas que operavam ali – a *Brazil*

quase três anos de intensas histórias preenchidas por duas ocupações, um despejo e um alojamento emergencial no ginásio municipal, as famílias conseguiram se organizar coletivamente e residem hoje em um terreno de caráter temporário<sup>8</sup>, que pertence à Imobiliária Suvec, uma das maiores da região, localizado no bairro de José Nitro, em São José.

Já a Ocupação Manoel Congo<sup>9</sup> resiste na Cinelândia, centro da cidade do Rio de Janeiro, em um edifício de dez andares que anteriormente era de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), desde o dia 01 de outubro de 2007. Hoje, a ocupação é habitada por 42 famílias e se constitui como um dos mais antigos e vitoriosos movimentos de ocupação do país. Após despejos e inúmeras reestruturações, o movimento conseguiu a propriedade do edifício ocupado e acompanha sua reforma para a transformação das salas comerciais em apartamentos.

Os dois movimentos, e muitos outros semelhantes, se originaram de uma crise nas condições de vida que torna insustentável a existência cotidiana. Dessa forma, o cotidiano aparece como espaço de transformação social, ou seja, espaço de superação via conscientização decorrente da experiência política. Para Agnes Heller (1970), a estrutura da vida cotidiana, embora constitua um terreno propício para alienação, não é de nenhum modo necessariamente alienada.

As formas de pensamento e comportamento produzidas nessa estrutura podem perfeitamente deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação, permitindo-lhe – enquanto unidade consciente do humano-genérico e do individual particular – uma condensação prismática da experiência da cotidianidade, de tal modo que essa possa manifestar-se como essência unitária das formas heterogêneas de atividade próprias da cotidianidade e nelas objetivar-se. Nesse caso, o ser e a essência não se apresentam separados e as formas alienadas, na proporção em que tudo isso é possível para os indivíduos de uma dada época e no plano máximo da individualidade. (HELLER, 1970: 38).

Para a autora, a vida cotidiana não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira essência da sustância social. As grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam. Em

---

*Railway*, responsável pela implantação da via ferroviária que uniu o Rio Grande a São Paulo, e a madeireira *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*.

<sup>8</sup> Atualmente, a comunidade negocia com a prefeitura de São José a ocupação de um terreno mais amplo e com projeto habitacional popular.

<sup>9</sup> O grupo escolheu se batizar de Manuel Congo em referência ao líder da maior revolta de escravos ocorrida no Vale da Paraíba, preso e enforcado na cidade de Vassouras (RJ), em 1839.

consonância, Henri Lefebvre apresenta nos três volumes da obra “La Critique de la Vie Quotidienne” a perspectiva de que somente o cotidiano, com suas contradições e fissuras, pode gerar uma quebra na estrutura. Para ele, o senso comum aparece como uma das ferramentas capazes de compartilhar e produzir conhecimento para promover essa passagem, não mais como elemento de alienação.

Dessa forma, a crítica da vida cotidiana feita por Lefebvre (1981) teria como tarefa intelectual e política, ao mesmo tempo, alargar as possibilidades de apropriação do cotidiano, de seus sentidos e de suas significações vividas enquanto experiência social. Portanto, seria necessário um processo de conscientização para transformação. Esse argumento é a principal base de ação das organizações políticas que respaldam os movimentos de ocupação urbana.

Vale destacar que no processo de construção de um movimento de ocupação, concomitantemente, há a organização de uma nova comunidade. Essa apresenta características de formação e luta próprias - que assinalam seus membros como um só grupo. No embate para se estabelecer publicamente, a recém-nascida comunidade precisa apresentar uma identidade coletiva. Para isso, a comunicação inserida pelas organizações políticas MNLN e Brigadas Populares, e utilizada como meio de divulgação e representação do movimento em vários momentos de sua trajetória, é principal ferramenta legitimadora dos membros dessas ocupações como um coletivo com objetivos definidos.

Neste sentido, este artigo se propõe a refletir sobre a representação alternativa produzida a partir de produtos de comunicação, com recorte específico nas ações criadas em períodos emergenciais para as ocupações, em que a comunicação assume papel estratégico. Refletimos, portanto, sobre a comunicação que se constitui como instrumento pragmático de luta política. A análise será feita a partir de material coletado online nos *blogs*, sites e páginas do *facebook* desses movimentos. Outra fonte de pesquisa são entrevistas exploratórias feitas com moradores e membros das duas organizações políticas.

### **3. A comunicação como instrumento de luta política**

Tão importante para o seu desenvolvimento quanto outras movimentações, políticas ou geográficas, a comunicação nasce como um instrumento de articulação e, principalmente, legitimação da luta das famílias no processo de construção da nova comunidade. Ao construir uma linguagem própria, os produtos de comunicação constituem-se não apenas como instrumentos acessórios, mas principalmente como meio de

produção, divulgação e mobilização das lutas, mudanças, conquistas e derrotas, além de trabalhar para manutenção e segurança das ocupações.

Nesse sentido, para Paiva (1998), pensar em um tipo de comunicação que atenda a um grupo comunitário é apelar para a presença de um aspecto dinâmico e reivindicatório. Segundo a autora, os indivíduos agrupados por interesses comuns podem retomar como cidadãos através da comunicação a possibilidade que lhes foi negada, de interferir nas decisões do poder público.

Como a mídia comercial se torna a cada dia mais globalizante e universalista, o tratamento dos assuntos passa a ser genérico e nada específico. O local, o regional, só são iluminados uma vez que se enquadrem em certos critérios como os de originalidade, repercussão, conflito e raridade. O surgimento de veículos a partir dos grupos comunitários tem caráter basicamente local, de abordagem de temática relacionado ao particular, ao que interessa especificamente àquele grupo, e de conscientização de sua realidade. Existe assim a possibilidade de reforçar uma das facetas a que se refere a comunidade: a das relações de pertencimento entre seus membros, e conseqüentemente o poder reivindicatório que se instala a partir da informação num ótica programática, não com um propósito meramente promocional, mas de melhoria da condição de vida do indivíduo (PAIVA, 1998: 58).

Dessa forma, a produção de comunicação nas ocupações está diretamente relacionada à formação política<sup>10</sup> desses grupos. Distribuída entre variadas plataformas e suportes, os produtos de comunicação estão presentes nas camisetas, nas faixas, na promoção de eventos das ocupações, na escolha de seus nomes, e também em veículos formais de representação. Além disso, os jornais impressos também despontam, funcionando como panfletos que contam a história das ocupações, divulgando conquistas ou tornando público momentos de instabilidade.

Em meio às diversas plataformas de produção de conteúdo, os *blogs* e páginas do *facebook* são os canais mais utilizados por esses movimentos, devido ao seu caráter imediato de divulgação de informações em rede. Ao analisar a produção de comunicação das ocupações Manoel Congo e Contestado, a comunicação emergencial, produzida em momentos de risco de despejo ou para demandas de urgência, desponta como a mais acionada, tornando a comunicação um dos principais instrumentos de resistência. A seguir

---

<sup>10</sup> Vale lembrar que o papel político da comunicação nos movimentos sociais não foi inaugurado nos movimentos de ocupação. Esse tipo de estrutura persiste como instrumento histórico das organizações políticas de esquerda. No início do século XX, Lênin (1978) já destacava o jornal como instrumento de coesão política e ideológica, que trabalharia para estruturar, no tempo e no espaço, a ação partidária e de massas.



serão apresentadas algumas das estratégias de comunicação produzidas em períodos de emergência nas duas ocupações.

#### **4. Ocupação Contestado: movimento nas redes sociais**

Entre os primeiros produtos de comunicação criados pelas Brigadas Populares e rede de apoio<sup>11</sup> na Ocupação Contestado está a construção de plataformas online. Estreando com um grupo de caráter fechado no *facebook*, que compartilhava com pessoas solidárias ao movimento pequenas notícias insurgentes sobre a Ocupação, a comunicação online foi iniciada para facilitar a articulação imediata das ações na comunidade. O grupo compartilhava principalmente uma planilha de horários para que voluntários pudessem revezar no trabalho de vigilância instalado nas primeiras semanas de ocupação. A estratégia era ter membros dessa rede de apoio junto aos moradores para manifestar resistência em caso de intervenção policial e ameaças de despejo – tanto fisicamente, quanto no trabalho disseminação da notícia para convocar mais apoio.

Além do grupo, também foi estruturada uma página no *facebook*. A plataforma foi criada com objetivo de atingir mais pessoas do que as que já faziam parte da rede de apoio. A página trazia uma apresentação da história das famílias e colocava à mostra a programação das atividades que aconteciam na ocupação para convocar publicamente inúmeras intervenções de solidariedade e pedir mais auxílio ao movimento.

Com a necessidade de expandir ainda mais as informações coletadas e criar um canal oficial de divulgação das notícias do grupo, foi desenvolvido também o *website contestadovive.milharal.org*. Concebido pelo estudante de sistemas de informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Matheus Porto, a plataforma foi colocada no ar logo nas primeiras semanas de ocupação e passou a centralizar as informações sobre a comunidade, ao reunir postagens em texto, vídeos, galerias de imagens e áudio. Abastecida quase diariamente pelos membros da rede de apoio, a plataforma trazia em seu conteúdo reportagens, documentários audiovisuais, documentário de áudio e fotografias, tornando-se a principal fonte de notícias sobre a Ocupação Contestado.

A identidade visual, por sua vez, foi criada de forma simples, utilizando o conceito de limpeza visual. No topo da página, ficou estampada uma logo que já havia sido criada para

---

<sup>11</sup> Após as famílias que formam hoje a Ocupação Contestado ocuparem um primeiro terreno e serem brutalmente despejadas, formou-se uma rede de apoio aos desalojados. Durante reunião realizada no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região (SEEB), a rede foi construída por entidades sindicais, estudantis e membros da sociedade civil, além das organizações políticas Brigadas Populares, Movimento dos Sem Terra e Coletivo Anarquista Bandeira Negra.

a página do *facebook*, pela jornalista e membro das Brigadas Camila Rodrigues. O desenho, concebido por computação gráfica, estampa duas mãos erguendo uma cruz. A imagem é uma representação do Monumento de Irani, erguido na cidade de Irani, no oeste de Santa Catarina, para comemorar as vítimas da primeira batalha da Guerra do Contestado que aconteceu na cidade.

Outra importante atividade emergencial desenvolvida no âmbito online foi a criação da campanha contra o desalojamento das famílias, intitulada “Despejo não!”. Ela foi organizada após o dia 29 de novembro de 2012, data em que a comunidade sofreu com um processo de reintegração de posse do terreno ocupado, movida pela Imobiliária Suvec, proprietária do terreno ocupado. Colocada em prática principalmente através do *facebook*, a campanha trabalhava com a troca das fotos do perfil de seus apoiadores pela logo da Ocupação Contestado acompanhada pelos dizeres: “Despejo não!”, além de compartilhamentos, em massa e em horários de pico, de textos que explicavam a situação da Ocupação.

No *website*, a identidade visual da campanha era acompanhada por textos que explicavam a situação de risco em que se encontravam as famílias. Além disso, uma monção de repúdio ao despejo foi divulgada em formato de uma carta aberta ao poder público local para registrar o posicionamento do movimento. O espaço também divulgou chamadas para manifestações presenciais, que traziam data, local e horário das intervenções. As convocações também se desdobraram em eventos criados na plataforma do *facebook*.

A partir dessa divulgação, a mobilização abrangeu manifestações presenciais, em que membros da comunidade e da rede de apoio distribuíram folhetos explicativos sobre a situação da Ocupação nos pontos movimentados de Florianópolis e São José. Também foram realizadas caminhadas até a Prefeitura das duas cidades, que resultaram em manifestações em frente aos prédios públicos. Em algumas semanas, a campanha surtiu efeito e conquistou o apoio nas ruas e na rede de diversos setores sociais na região da Grande Florianópolis, principalmente expressos por estudantes universitários. Concomitante à ação, os advogados das Brigadas Populares entraram com uma ação para derrubar a liminar de reintegração de posse.

Após pressão política, atribuída pelos moradores e membros da rede de apoio principalmente à mobilização que a campanha gerou, um acordo entre a Prefeitura e a Ocupação Contestado foi firmado: o processo não teria andamento se as famílias aceitassem



se assentar no terreno ocupado de forma provisória. Com orientação das Brigadas Populares, o grupo aceitou o acordo sob a condição de que só sairiam do terreno após apresentação de um projeto habitacional, que será desenvolvido pela prefeitura de São José em parceria com as famílias. Duas semanas depois, a Ocupação Contestado também teve sua ação judicial aprovada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, vencendo o perigo iminente do despejo.

Devido ao caráter improvisado do terreno em que se habitam, os moradores lutam por um espaço amplo com casas populares estruturadas, onde possam se instalar de maneira definitiva. Dessa forma, hoje as plataformas têm como objetivo divulgar a luta das famílias para pressionar as negociações com a prefeitura sobre o novo terreno. Porém, essa temática apresenta um número bem menor de atualizações de conteúdo.

Vale destacar que no momento de construção desses produtos de comunicação, as Brigadas Populares já possuíam suas plataformas online, mas optaram em parceria com outros membros da rede de apoio a criar espaços de produção de conteúdo exclusivos da Ocupação, tornando seu conteúdo estratégico e direcionado.

### **5. Ocupação Manoel Congo: força tarefa online**

Mais antiga que a Ocupação Contestado, a Ocupação Manoel Congo é construída desde 2007. Os cinco anos que separam a fundação dos dois movimentos expressam diferenças na forma como a comunicação é produzida para eles. Ainda que desenvolvida principalmente em redes, os produtos de comunicação emergencial da Ocupação Manoel Congo só começam a apresentar uma estrutura melhor organizada em 2010, quando o *facebook* passa a ser mais utilizado no Brasil.

Desenvolvida no período de auge dos acessos aos blogs, a produção de comunicação em períodos de urgência para a Ocupação acompanha esse movimento e se estabelece principalmente nas páginas. Seu início se deu de forma tímida e foi amadurecendo ao longo dos anos, como que em um processo lento de percepção de sua importância para o movimento.

Antes de ocupar o prédio do INSS, a Ocupação Manoel Congo se estabeleceu no Cine Vitória, antigo cinema localizado também na região da Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro. A ideia da ocupação do espaço cultural era gerar uma repercussão grande do movimento para fortalecer seu poder de denúncia e angariar parceiros para gerar um canal de solidariedade diante do risco de despejo.

Para isso, uma rede de apoio, formada por membros do Conselho Popular<sup>12</sup> e MNLM, divulgava em blogs solidários à causa, como a plataforma do Sindicato dos trabalhadores da Saúde, Trabalho e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (SINDSPREV/RJ), chamadas públicas para atos e manifestações que aconteciam em frente ao prédio ocupado. Também para dar visibilidade à ocupação, o grupo organizou como estratégia a exibição do filme "Encontro com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá" (2006), com a presença do diretor Silvio Tendler.

Porém, dez dias após a ocupação, uma ordem judicial de despejo foi emitida como parte de uma ação de reintegração de posse. Quando MNLM recebeu a notificação, organizou a divulgação dela no blog do Centro de Mídia Independente (CMI). O texto convocava parceiros a ajudar as famílias na saída do espaço. O movimento também conseguiu a divulgação do despejo por meio da matéria "Justiça manda despejar famílias", publicada no jornal do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SINTUFRJ).

Após semanas revezando em ocupações de órgãos públicos, organizações sindicais e sede de partidos políticos, o movimento organizou a ocupação definitiva do prédio do INSS, na região central da cidade, onde se encontram até hoje. Após essa segunda ocupação, tem início o processo de luta judicial e política em busca de apoio público para a destinação do prédio à moradia das famílias. Em meio às negociações, uma nova ação reintegração de posse é decretada, em resposta à solicitação da superintendência do INSS.

Nesse momento, como estratégia de comunicação, o MNLM divulgou em rede uma carta explicando a situação do movimento e pedindo que reclamações em massa fossem enviadas ao INSS. Para isso, compartilhou telefones e emails de coordenadores do órgão. O "Blog do Cinco", assinado pelo vereador da cidade do Rio de Janeiro Renato Cinco, e a plataforma "Rio on Wath", observatório de notícias das favelas cariocas, foram os principais espaços de divulgação do material.

Como resposta às mobilizações, o Instituto de Terras e Cartografias do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) entrou com um pedido judicial para prorrogação da reintegração de

---

<sup>12</sup>Conselho Popular foi formado por um corpo de assessores e militantes, membros de partidos de esquerda, movimentos populares e sindicatos, somado a participação de lideranças comunitárias de diversas áreas da cidade. Um espaço de reunião quinzenal que se realizava no centro do Rio de Janeiro, no qual levavam suas demandas, sendo a maioria sobre casos de remoções. Em 2008 ele deu origem a Plenária dos Movimentos Sociais (PMS), cujo 1º encontro foi no prédio da UFRJ, campus Praia Vermelha, contando com cerca de 320 pessoas.

posse até o fim das negociações de desapropriação do imóvel. Em maio de 2008, foi aprovada a carta consulta de regularização fundiária e requalificação do imóvel. Com essa medida, o perigo de desalojamento das famílias não estava mais em pauta. Dois anos mais tarde, o imóvel foi declarado de Interesse Social, negociado com o INSS e comprado pelo Estado do Rio de Janeiro, em 28 de outubro de 2010<sup>13</sup>.

Até a finalização das negociações para compra do prédio, o MNLM começou um trabalho organizado de pressão aos órgãos estatais envolvidos no caso para receber respostas aos encaminhamentos. Para isso, a comunicação começou a ser mais bem trabalhada pela organização política. Nesse período, o blog do MNLM ([mnlmrj.blogspot.com.br](http://mnlmrj.blogspot.com.br)) foi criado. Seu conteúdo foi destinado à informações, vídeos, fotografias e notícias sobre a Ocupação Manoel Congo.

Também foi criada uma página no *facebook* destinada à organização política, que era principalmente abastecida com conteúdos sobre a Ocupação. Através das duas plataformas, a organização passou a coordenar atividades de mobilização, divulgar e arquivar seus registros. Entre elas, a comemoração de três anos da Ocupação, que aconteceu na sede da Caixa Econômica Federal (CEF) - responsável pela liberação de recurso para compra do imóvel. Com bolo, refrigerantes e faixas as famílias comemoraram e protestaram, ao fim da mobilização conseguiram marcar uma reunião para pressionar o órgão a agilizar o processo.

Após a transação de compra ser concluída, as famílias partiram para uma nova luta: conseguir verbas para reformar o edifício, até então organizado de forma improvisada pelos moradores. Para isso, uma série de outras manifestações foi organizada. Como estratégia de comunicação acionada nesse período está uma parceria entre o movimento e o jornal Brasil de Fato Rio de Janeiro. O jornal, considerado como um veículo de comunicação da esquerda e cujo foco da distribuição são os trabalhadores que circulam na estação Central do Brasil, realiza um trabalho de leitura e discussão das matérias com os entregadores, buscando tanto a sua formação como a comunicação com os leitores na hora da entrega. Nesse período, alguns moradores da Ocupação se estabeleceram como um dos canais de distribuição além de serem personagens de matérias publicadas no jornal, que se tornou também um dos meios de divulgação das ações do movimento.

---

<sup>13</sup> Por meio da Associação de Apoio à Moradia, o Estado do Rio de Janeiro comprou o edifício, avaliado em R\$ 916 mil pela Caixa, com financiamento do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Após a aquisição, que só poderia ser feita por um ente federado, o governo fluminense passou o seu direito de uso, como habitação popular, ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM).

Em dezembro de 2014, os moradores alcançaram outra grande vitória quando o Estado do Rio de Janeiro e o Governo Federal prometeram verba para reformar o prédio e melhorar as condições de habitação. Atualmente, todas as 42 famílias estão morando de forma improvisada ao lado do edifício ocupado enquanto as salas comerciais são convertidas em apartamentos. De acordo com a Caixa, o investimento na reforma é de R\$ 3,15 milhões, o que dá uma média de R\$ 75 mil por unidade habitacional, dinheiro proveniente do Fundo de Desenvolvimento Social do Ministério das Cidades e aplicado via Minha Casa Minha Vida Entidades. Desse modo, as plataformas de comunicação do MNLM estão sendo abastecidas hoje com postagens sobre o andamento da reforma, além de apoio a outros movimentos de ocupação.

## **6. Internet: um importante aliado**

Como vimos, a produção de comunicação nos períodos emergenciais nos dois movimentos de ocupação urbana se desenvolveu ao longo dos anos graças a um importante meio organizativo: a internet. Pode-se destacar que os produtos de comunicação desenvolvidos pelas organizações políticas, que respaldam os movimentos, vão se sofisticando com o desenvolvimento tecnológico das redes e suas ferramentas. Dessa forma, a internet assume não só caráter instrumental, mas se torna parte da estrutura organizacional desses movimentos.

Para Castells (2013), as redes sociais da internet propiciam uma nova forma de mobilização, denominada por ele como “conectividade”. Segundo o autor, os movimentos sociais nascem principalmente de uma crise quando se torna intolerável a existência cotidiana para a maioria das pessoas, geralmente originadas de uma crise econômica. Porém, ele destaca que esses movimentos não nascem apenas da pobreza, exigem mobilização emocional desencadeada pela indignação que a injustiça gritante provoca, assim como a esperança de uma possível mudança.

Nesse sentido, a produção de comunicação emergencial dos movimentos de ocupação trabalha justamente para explorar a mobilização solidária. A forma mais eficaz de resistência desses movimentos é construída através da visibilidade, que os produtos de comunicação criam ao divulgar suas necessidades, e da comoção que esses conteúdos causam. Através da comunicação emergencial, portanto, se estabelecem laços de solidariedade que mobilizam parceiros a auxiliar o movimento nos momentos mais frágeis.

Na prática, como destaca Castells, esse canal de solidariedade se forma hoje a partir o uso das redes de comunicação da internet e telefones celulares, de forma multimodal. As

tecnologias que possibilitam a constituição de redes são significativas por fornecer a plataforma para essa prática continuada e que tende a expandir evoluindo com a mudança de formato do movimento. Para o autor, portanto, o espaço dos movimentos contemporâneos é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos da internet com espaço dos lugares ocupados no espaço urbano.

Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia, porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação, mas ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos (...) O espaço da autonomia como nova forma espacial dos movimentos sociais em rede. (CASTELLS, 2013: 161)

Outra característica dos novos movimentos sociais contemporâneos destacada por Castells é que são locais e globais mesmo tempo. As imagens veiculadas no “ciberespaço” se espalham com uma velocidade surpreendente. Nessa nova interação, os movimentos expressam uma profunda consciência da interligação de questões e problemas da humanidade. Assim, forma-se uma cultura contestatária cosmopolita. Sobre essas imagens veiculadas, Castells as denomina “imagens de mobilização”.

Através dessas imagens, os movimentos tornam-se virais, portanto, “a passagem da indignação à esperança realiza-se por deliberação no espaço da autonomia” (CASTELLS, 2013:162). Segundo o autor, as redes horizontais, tanto na internet quanto no espaço urbano, criam companheirismo e essa é uma questão fundamental para o movimento, porque é pelo companheirismo que as pessoas superam o medo e descobrem a esperança. Assim, a horizontalidade das redes favorece a cooperação e a solidariedade.

Portanto, em consonância com o que foi apresentado neste artigo sobre a produção de comunicação nas ocupações Manoel Congo e Contestado, Castells destaca que a comunicação tem papel primordial na formação e na prática dos movimentos sociais, não só agora mas ao longo da história.

As redes sociais digitais baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir. Mas papel da internet ultrapassa a instrumentalidade: ela protege o movimento de repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral na longa marcha pela mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada. (2013: 167)

Assim, não só a internet como também os produtos de comunicação estruturados nas ocupações não são apenas instrumento, mas força de mobilização de agentes e parceiros dos movimentos sociais. É importante ressaltar que diferentemente de outros movimentos contemporâneos que trabalham em rede, os produtos de comunicação das ocupações não são produzidos pela base, mas pelas organizações políticas que as respaldam. Tornando o processo de formação de redes um pouco mais distanciado do que os que Castells se refere.

## **7. Considerações finais**

Como vimos, as ocupações Contestado, localizada na região metropolitana de Florianópolis, e Manoel Congo, estabelecida no centro da cidade do Rio de Janeiro, apresentam muitas características de formação e estrutura em comum e essas semelhanças se expressam também na forma como é organizada a comunicação em períodos de emergência para esses grupos.

Colocadas em prática pelas organizações políticas Brigadas Populares e Movimento Nacional de Luta pela Moradia, a produção de comunicação não é construída em conjunto com sua base. Dessa forma, desponta como parte integrante do trabalho de construção política das ocupações. Não só como um instrumento, mas como um dos principais alicerces organizadores da luta nas novas comunidades, ela estabelece uma estrutura formal de apresentação das ações de seus moradores, em resistência aos limites impostos pelo capital à grande parte da população brasileira.

Pode-se destacar também que os produtos de comunicação construídos nas em momentos de urgência das ocupações geraram muitas repercussões dentro e fora do ambiente comunitário. Reconhecidos pelos moradores por seus resultados positivos, eles estabeleceram uma representação oficial aos grupos. Dando um espaço inédito à voz da comunidade, a comunicação ajuda a legitimar as ocupações como novas comunidades e permite que seus membros passem a ser enxergados, fortificando as relações com a vizinhança e as negociações com o poder público.

Para além da experiência com o ambiente externo, a comunicação funciona ainda como meio de legitimação dos movimentos e de seus membros como parte da mesma luta. Em última análise, os discursos a respeito das ocupações apresentam novas opções de narrativas, diferentes das veiculadas tradicionalmente na grande mídia, apontando, assim, novas formas de lutar para a mudança do atual panorama de desigualdades.

## Referências bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

\_\_\_\_\_. **O poder da identidade**. 2.ed. Trad.de Klauss B.Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra. 2000. (A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 2).

FOMAZIN, Henrique. **Luta pela moradia na Ocupação Manuel Congo: Imagens e implicações subjetivas**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2014.

FRAGOSO, Mariana P. **As Contribuições da comunicação no Processo de construção de identidade da “Ocupação Contestado”**. Monografia apresentada como trabalho final do curso de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

\_\_\_\_\_. **Reportagem Especial: Ocupação Contestado**. Florianópolis: Rádio Ponto UFSC, 29 de novembro de 2012. Áudio-documentário.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere, v. 2**. Organizado por Luiz Sérgio Henriques com a colaboração de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HELLER, Agnes. (1970), **O Cotidiano e a História** (4ª ed.). São Paulo, Paz e Terra.

KLINK, Jeroen; ROLNIK, Raquel. **Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?** In Novos estudos – CEBRAP, nº89. São Paulo, 2011.

LACOMBE, Marcelo S. Masset. **Os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano**. Trabalho apresentando no 31º Encontro Anual da ANPOCS de 22 a 26 de outubro de 2007.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

\_\_\_\_\_. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **Critique de la Vie Quotidienne**. Vol. 3. Paris: L'Arche, 1981

LÊNIN, V. I. **Que fazer? As questões palpitantes do nosso movimento**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional de Habitação. **Plano Nacional de Habitação**. Brasília, 2009.

PAIVA, Raquel (org). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicilia M. K. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**. Trabalho apresentado no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília-DF, INTERCOM/UnB, 2006.